



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1005184-76.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
 Requerente: Camila Cristina Claudino
 Requerido: Motorola Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação condenatória, alegando que em 26.12.2016 adquiriu o aparelho celular especificado e que após algum tempo ele apresentou defeito. Diz que o telefone estava dentro do prazo de garantia, conforme manual do produto disponibilizado no site da ré, e por isso entrou em contato para solicitar o reparo. Afirma que o envio foi feito em 11.08.2017, mas não lhe devolveram o telefone. Requereu a procedência para obter condenação ao pagamento do valor do telefone de R\$1.987,00.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9099/05 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

Em 26.12.2016 a autora adquiriu o aparelho celular especificado, mas em razão de vício, o enviou à ré para reparos. Afirma que o produto ainda estava na garantia, de acordo com a informação que encontrou no site da fabricante (pág. 2).

Diz que acompanhou o andamento do reparo através do site e após constar como finalizado o serviço e não receber o telefone, entrou em contato, mas o produto não foi devolvido pela requerida (págs. 11 e 13).

Em contestação, a ré argumenta que o aparelho não está coberto pela garantia fornecida pelo fabricante, tendo em vista que a data de ativação do telefone foi 28.03.2016, configurando produto remanufaturado (págs.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

23/24).

Trata da impossibilidade de restituição do valor pago, pois a autora não comprova que houve negativa de entrega do telefone nem que tentou retirá-lo da assistência técnica, ou que o defeito persista após os reparos.

Porém, o cerne da demanda é o fato de que não foi devolvido à autora o celular que enviou à requerida e ela pleiteia o recebimento de valor equivalente ao do aparelho devido à falta de restituição do bem.

Alegação esta que não foi impugnada pela ré, tornando-a, assim, incontroversa, inclusive no tocante ao valor pleiteado.

Portanto, em que pese a arguição de o aparelho celular estar fora do prazo de garantia, o produto foi enviado e não retornou. A remessa foi feita, inclusive, por orientação da própria requerida após a autora ter entrado em contato e relatado o problema (pág. 12).

Logo, o pleito limita-se à devolução do bem e não ao vício ou prazo de cobertura da garantia. E, remanufaturado ou não, há prova de pagamento de R\$1.987,00 por ele em 26.12.2016 (pág. 10).

A requerente assevera que não houve o retorno do aparelho. Por se tratar de arguição de fato negativo, o ônus probatório pertence à ré, nos termos do art. 373, II e art. 434, ambos do Código de Processo Civil. Porém, dele não se desincumbiu.

Inexiste nos autos prova de que o aparelho foi devolvido, enviado ao endereço da requerente, ou documento contendo a assinatura de quem o teria recebido.

O acervo probatório trazido aos autos pela autora prova que a ré recebeu o telefone celular (pág. 11) e que em 21.08.2017 o serviço foi finalizado (pág. 13). Em razão da demora em receber o aparelho, entrou em contato com a ré, via chat, indagando o motivo da demora, quando foi informada que deveria aguardar o contato da fabricante (págs. 14/17).

A ré não rebateu as alegações, nem impugnou os documentos, os quais, nos termos do art. 411, inciso III, do Código de Processo Civil, são considerados autênticos.

A versão da autora ampara seu pedido e não foi infirmada pela ré que em contestação não logrou êxito em impugnar especificamente o alegado e os documentos apresentados pela requerente. Não a instruiu com laudo ou comprovante de devolução e recebimento de telefone assinado pela autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

O pedido é procedente, e a correção monetária deverá ter como termo inicial a data da nota, a fim de preservar o valor da moeda (pág. 10).

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão para condenar a ré ao pagamento de R\$1.987,00, com correção monetária de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (termo inicial: 26.12.2016) e juros de mora de 1% ao mês (termo inicial: data da citação). Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 3 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006